

1º Prêmio Nacional



A revista Educação Ambiental em Ação, em comemoração aos seus 15 anos de atuação pela Internet (www.revistaea.org) lança o:

I PRÊMIO NACIONAL EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM AÇÃO

Apresentação

Regulamento

Objetivos, Prêmio e Público Alvo

Projetos

Inscrições

Critérios de avaliação

Formato de apresentação

Comissão; Divulgação e Vigências

Das disposições finais

Anexos

Lei 9.795/99

A Carta da Terra

Tratado de Educação Ambiental



I PRÊMIO NACIONAL EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM AÇÃO

Apresentação

O I PRÊMIO NACIONAL EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM AÇÃO se configura em uma seleção de atividades e ações práticas relevantes de Educação Ambiental, que foram e/ou estão sendo desenvolvidas e aplicadas em estabelecimentos de ensino públicos ou privados, de todo o País, de todos os níveis de ensino.

Esta seleção será compartilhada para milhares de pessoas que acessam, diariamente, a revista virtual Educação Ambiental em Ação. Destaca-se, portanto, não se tratar de uma competição, mas sim, de uma oportunidade para dar visibilidade às práticas de Educação Ambiental que sejam bem sucedidas, bem fundamentadas, que apresentam resultados significativos, e para este Prêmio serão selecionados 20 trabalhos destaques.

Diante do atual quadro ambiental, que exige ação e conscientização para uma transformação de atitudes, é importante conhecer e compartilhar as ações de Educação Ambiental desenvolvidas nos diferentes níveis de ensino e nas diversas esferas educacionais (privadas e públicas) sendo, este prêmio, um meio de divulgar tais práticas e suas diversidades.

Constantemente são divulgados, na mídia em geral, projetos educacionais com as mais variadas temáticas: agricultura sustentável, paisagismo, recursos hídricos, folclore, dinâmicas de grupos, artes, entre outras, trabalhando os objetivos de Educação Ambiental, voltados a um público que compreende desde a Educação Infantil até o Ensino Superior, tal a importância da Educação Ambiental na formação de conhecimentos e divulgação da cultura.

A revista Educação Ambiental em Ação, neste ano de 2017 em que completa 15 anos de atividades, busca potencializar a divulgação destes eventos, ações e projetos de Educação Ambiental, através desta ação.



Apresentação

Regulamento

Objetivos, Prêmio e Público Alvo

Projetos

Inscrições

Crerios de avaliação

Formato de apresentação

Comissão; Divulgação e Vigências

Das disposições finais

Anexos

Lei 9.795/99

A Carta da Terra

Tratado de Educação Ambiental



I PRÊMIO NACIONAL EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM AÇÃO

Regulamento

Objetivos:

O PRÊMIO NACIONAL EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM AÇÃO tem por principal objetivo dar visibilidade a ações práticas de Educação Ambiental que apresentem resultados significativos.

Pretende, também, potencializar a divulgação de eventos, ações e projetos de Educação Ambiental, dando visibilidade a inúmeros trabalhos que contribuem para a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem desenvolvidos tanto nas salas de aula como fora delas, em espaços alternativos, e que contribuem de forma relevante para a qualidade da Educação Ambiental brasileira.

O prêmio visa, ainda, estimular a realização de práticas de Educação Ambiental que podem ser elaboradas, efetivadas e concluídas a fim de participarem deste prêmio.

Prêmio:

Cada um dos 20 trabalhos mais bem delineados, com resultados concretos e com maior grau de replicabilidade serão contemplados com:

- 3 livros;
- 5 cadernos grandes;
- 1 agenda 2018;
- Uma variedade de sementes de árvores;
- Publicação na seção “Melhores trabalhos” da edição especial de da revista, a ser lançada em fevereiro de 2018;
- Publicação em um E-book (livro eletrônico) a ser lançado a partir de marco de 2018.

Todos os trabalhos inscritos serão publicados na edição de fevereiro de 2018; porém, os 20 melhores trabalhos ganharão destaque nesta edição. Serão descartados os trabalhos que apresentem falhas (erros ortográficos, de formatação, de arquivo) e/ou irregularidades.

Todos os projetos selecionados receberão um certificado de publicação.

Público Alvo:

Profissionais da educação e Instituições ligadas à educação, de todo o Brasil

Apresentação

Regulamento

Objetivos, Prêmio e Público Alvo

Projetos

Inscrições

Critérios de avaliação

Formato de apresentação

Comissão; Divulgação e Vigências

Das disposições finais

Anexos

Lei 9.795/99

A Carta da Terra

Tratado de Educação Ambiental



I PRÊMIO NACIONAL EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM AÇÃO

Regulamento

Projetos:

Poderão ser inscritos projetos de Educação Ambiental que estejam inseridos nas seguintes categorias:

- Mobilização socioambiental;
- Campanhas educativas;
- Formação e capacitação;
- Ações de arte-educação ambiental;
- Produção de materiais didáticos;
- Ações/Práticas em sala de aula e/ou em contato com a natureza ou locais alternativos;
- Realização de eventos.

Os temas podem abordar: Água, Alimentação (hortas, alimentos orgânicos, alimentação saudável) Ecologia, Áreas Protegidas, Biodiversidade, Biomas, Sustentabilidade, Tecnologias Sustentáveis, Mudanças Climáticas, Desenvolvimento Sustentável, Escolas sustentáveis, Fauna, Flora, Florestas, Permacultura, Resíduos Sólidos, Coleta Seletiva, Responsabilidade Socioambiental, Saneamento, Consumo consciente, Redução do Consumo, entre outros que estejam relacionados com Educação Ambiental.

Portanto, qualquer ação de Educação Ambiental que esteja relacionada às modalidades e as temáticas descritas, poderão ser inscritas.

Todos os trabalhos devem estar alinhados à **Lei 9.795/99** que institui a Educação Ambiental no País, e indica-se referenciar documentos que legitimam a Educação Ambiental: **Carta da Terra**, e o **Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global** (anexados no final)

Apresentação

Regulamento

Objetivos, Prêmio e Público Alvo

Projetos

Inscrições

Crterios de avaliação

Formato de apresentação

Comissão; Divulgação e Vigências

Das disposições finais

Anexos

Lei 9.795/99

A Carta da Terra

Tratado de Educação Ambiental



I PRÊMIO NACIONAL EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM AÇÃO

Regulamento

Inscrições:

As inscrições poderão ser feitas de 30 de julho a 1º de dezembro de 2017.

Taxas:

Taxa de inscrição: Para cada trabalho enviado será cobrada uma taxa, com duas datas e dois valores distintos:

Ate dia 25/10: R\$ 150,00

Do dia 15/10 ate 01/12: R\$ 180,00

Como se inscrever e pagar a taxa:

- Acessar <http://www.revistaea.org/ssm.php> e entrar no sistema, ou fazer um novo cadastro e depois entrar no sistema;
- Clicar em “Submeter manuscrito”;
- No campo “Seção”, selecionar “I Prêmio [...]”;
- Completar o formulário, clicar em “Submeter”, e fazer o pagamento da taxa de inscrição.

Obs.: Após a inscrição, será enviada uma notificação por e-mail sempre que houver novidades sobre a avaliação do prêmio.

Apresentação

Regulamento

Objetivos, Prêmio e Público Alvo

Projetos

Inscrições

Crterios de avaliação

Formato de apresentação

Comissão; Divulgação e Vigências

Das disposições finais

Anexos

Lei 9.795/99

A Carta da Terra

Tratado de Educação Ambiental



I PRÊMIO NACIONAL EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM AÇÃO

Regulamento

Critérios de Avaliação:

A avaliação levará em consideração a relevância do projeto para o desenvolvimento da Educação Ambiental em espaços educacionais e terá como base a clareza da apresentação, o conteúdo, a fundamentação teórica, os resultados obtidos; as possibilidades de replicabilidade; e, a sua relevância para a comunidade e o meio ambiente. Portanto, os projetos serão avaliados a partir dos seguintes critérios:

- Clareza da apresentação – O projeto deve estar de acordo com as normas de mencionadas neste Regulamento, contendo uma escrita clara, objetiva, promovendo o entendimento da proposta.
- Conteúdo/Desenvolvimento – O projeto deve estar alinhado aos princípios e objetivos da Educação Ambiental em consonância com os principais documentos que a legitimam: A Lei nº 9.795/99, A Carta da Terra e o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (anexos).
- Fundamentação - O projeto deve apresentar as bases teóricas nas quais os responsáveis se apoiaram para colocá-lo em prática.
- Resultados obtidos – O projeto deverá evidenciar com clareza quais foram os resultados obtidos na sua aplicação.
- Possibilidades de replicabilidade – O projeto deverá demonstrar viabilidade para implementação e replicação em outras escolas, podendo servir de referência para práticas de Educação Ambiental.
- Relevância – O projeto deverá apresentar práticas educacionais relevantes para o fortalecimento e a difusão da Educação Ambiental.

Cada critério avaliado terá pesos distintos:

CRITÉRIOS	PESO
Clareza da Apresentação	10%
Conteúdo/Desenvolvimento	30%
Fundamentação	20%
Resultados obtidos	20%
Possibilidades de replicabilidade	10%
Relevância	10%

Apresentação

Regulamento

Objetivos, Prêmio e Público Alvo

Projetos

Inscrições

Critérios de avaliação

Formato de apresentação

Comissão; Divulgação e Vigências

Das disposições finais

Anexos

Lei 9.795/99

A Carta da Terra

Tratado de Educação Ambiental



I PRÊMIO NACIONAL EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM AÇÃO

Regulamento

Formato de Apresentação:

O Projeto a ser inscrito no I PRÊMIO NACIONAL EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM AÇÃO deverá ser descritivo, contemplando os seguintes itens:

- **Dados de identificação:** Responsável pelo trabalho; Escola; Cidade; Número de pessoas envolvidas; Telefone e e-mail.
- **Categoria e temática do trabalho:** Verificar no item 4 deste regulamento.
- **Apresentação:** A apresentação deverá ser redigida de forma sucinta e clara, a fim de que possa se ter uma boa noção do projeto ou da ação, como um todo.
- **Justificativa:** Deve explicar o porquê da ação e apresentar referências que fundamentam a proposta.
- **Desenvolvimento:** Relato desde como surgiu a ideia, os passos da aplicação, avaliação, resultados, até a conclusão.
- **Referências Bibliográficas:** Listar livros e endereços eletrônicos consultados e citados: Livros - (SOBRENOME do AUTOR, Nome. Título do livro ou artigo, Cidade, Editora, Ano, Página (para citações literais); Sites - (SOBRENOME do AUTOR, Nome. Título do artigo, Disponível em [Endereço do site], Acesso em [Data de acesso: Dia, mês, ano])

IMPORTANTE: Os trabalhos enviados que não contemplarem os itens solicitados neste regulamento serão descartados, bem como se o trabalho apresentar indícios de plágio, sem a devolução da taxa de inscrição.

Normas de Formatação

- **Formatos de arquivos aceitos:** DOC (Word 2003-), DOCX (Word 2007+), RTF, ODT (OpenOffice/LibreOffice).
- **Dimensões máximas:** O manuscrito deverá ter no máximo 50000 palavras. O tamanho máximo do arquivo é 8 MB (megabytes). Caso o tamanho do seu arquivo ultrapasse 8 MB, uma causa frequente é o tamanho excessivo de figuras, e nesse caso recomendamos reduzir as figuras para a largura máxima de 1024 pixels.

(Pag. 1 de 2)

Apresentação

Regulamento

Objetivos, Prêmio e Público Alvo

Projetos

Inscrições

Crerios de avaliação

Formato de apresentação

Comissão; Divulgação e Vigências

Das disposições finais

Anexos

Lei 9.795/99

A Carta da Terra

Tratado de Educação Ambiental



PRÊMIO NACIONAL EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM AÇÃO

Regulamento

Formato de Apresentação:

- **Formatação do texto:** Para o corpo principal do texto, as seguintes regras de formatação devem ser adotadas:
 - Utilizar fonte Arial, tamanho 12.
 - Utilizar espaçamento de parágrafo simples.
- A revista possui certa flexibilidade quanto à formatação de elementos como legendas de figuras, tabelas e outros. Porém, é de responsabilidade dos autores manter boas práticas de formatação, especialmente consistência ao longo do documento, ou seja, quaisquer padrões de formatação adotados deverão ser mantidos ao longo de todo o documento. Por “padrões de formatação” entende-se:
 - estilos de letras (efeito, tamanho etc.);
 - estilos de parágrafos (alinhamento, espaçamento entre linhas, recuo, espaço antes e depois etc.)
- **Notas de rodapé:** Não são permitidas notas de rodapé.
- **Figuras**
 - Figuras devem ser inseridas no documento em forma de imagem (por exemplo, a partir de arquivos GIF, JPG, PNG). Imagens devem ter no máximo 1024 pixels de largura.
 - Cada figura deve ser mencionada pelo menos uma vez no texto. Figuras devem ter uma legenda abaixo, explicando a figura detalhadamente, sem que o leitor tenha que remeter ao texto principal para entender do que se trata a figura.
 - É proibida a utilização de recursos de desenho dentro do Word (i.e., caixas de texto, linhas, setas etc), pois o documento será convertido para HTML para publicação, e figuras compostas utilizando recursos de desenho não são convertidas corretamente.
 - Em caso da necessidade de se utilizar recursos de desenho (e.g., caixas de texto, linhas, ou qualquer objeto gráfico), sugere-se:
 - criar a figura em um outro programa (por exemplo, PowerPoint ou Photoshop);
 - salvá-la como imagem. Recomenda-se utilizar o formato JPG para fotos e PNG para desenhos e diagramas;
 - inserir a imagem no manuscrito.

(Pag. 2 de 2)

Apresentação



Regulamento

Objetivos, Prêmio e Público Alvo

Projetos

Inscrições

Critérios de avaliação

Formato de apresentação

Comissão; Divulgação e Vigências

Das disposições finais

Anexos

Lei 9.795/99

A Carta da Terra

Tratado de Educação Ambiental



I PRÊMIO NACIONAL EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM AÇÃO

Regulamento

Comissão Julgadora:

As avaliações ficarão a cargo dos Editores da Revista Educação Ambiental em Ação.

Divulgação:

A divulgação dos trabalhos selecionados e dos destaques ocorrerá após o dia 30 de janeiro de 2018. Cada participante receberá informação automática se o seu trabalho for publicado.

Vigências:

Este regulamento entra em vigor em 30 de julho, findando inscrições em 1º de dezembro de 2017, finalizando a sua vigência com a publicação da edição especial I PRÊMIO NACIONAL EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM AÇÃO em fevereiro de 2018, e a publicação do E-book com os 20 trabalhos destaques, a ser lançado a partir de março de 2018.

[Apresentação](#)

 [Regulamento](#)

[Objetivos, Prêmio e Público Alvo](#)

[Projetos](#)

[Inscrições](#)

[Critérios de avaliação](#)

[Formato de apresentação](#)

 [Comissão; Divulgação e Vigências](#)

[Das disposições finais](#)

[Anexos](#)

[Lei 9.795/99](#)

[A Carta da Terra](#)

[Tratado de Educação Ambiental](#)



I PRÊMIO NACIONAL EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM AÇÃO

Regulamento

Das disposições Finais:

- Cada participante tem a responsabilidade exclusiva e integral pelo trabalho enviado, bem como pela veracidade das informações.
- Os valores da taxa de inscrição não serão devolvidos aos participantes, cujos trabalhos não forem contemplados por não estarem dentro das normas deste regulamento.
- Os participantes selecionados autorizam a publicação dos trabalhos em edição especial da revista eletrônica Educação Ambiental em Ação, bem como os participantes selecionados como Destaques autorizam a publicação dos trabalhos em edição especial da revista eletrônica Educação Ambiental em Ação e em E-book que será compartilhado gratuitamente.
- As decisões tomadas pelos Editores deste prêmio, relativas à seleção final dos trabalhos inscritos, assim como as decisões quanto aos casos omissos neste Regulamento, são definitivas, irreversíveis e de total responsabilidade dos Editores da revista Educação Ambiental em Ação
- Todos os participantes concordam com todos os itens apresentados neste regulamento, portanto, a participação no Prêmio implica a aceitação total e irrestrita de todos os itens previstos neste Regulamento.

Berenice Gehlen Adams

Julio Trevisan

Sandra Barbosa

Editores da Revista Educação Ambiental em Ação,

Julho de 2017

www.revistaeea.org

Apresentação

 Regulamento

Objetivos, Prêmio e Público Alvo

Projetos

Inscrições

Crerios de avaliação

Formato de apresentação

Comissão; Divulgação e Vigências

 Das disposições finais

Anexos

Lei 9.795/99

A Carta da Terra

Tratado de Educação Ambiental



I PRÊMIO NACIONAL EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM AÇÃO

Menu >

Anexos > Lei 9.795/99

1 - Lei 9.795/99

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos | Lei No 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999.

Mensagem de Veto | Regulamento

Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

Art. 3º Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental, incumbindo:

- I - ao Poder Público, nos termos dos arts. 205 e 225 da Constituição Federal, definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;
- II - às instituições educativas, promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem;
- III - aos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - Sisnama, promover ações de educação ambiental integradas aos programas de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;
- IV - aos meios de comunicação de massa, colaborar de maneira ativa e permanente na disseminação de informações e práticas educativas sobre meio ambiente e incorporar a dimensão ambiental em sua programação;
- V - às empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas, promover programas destinados à capacitação dos trabalhadores, visando à melhoria e ao controle efetivo sobre o ambiente de trabalho, bem como sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiente;
- VI - à sociedade como um todo, manter atenção permanente à formação de valores, atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, a identificação e a solução de problemas ambientais.

Art. 4º São princípios básicos da educação ambiental:

- I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;
- II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
- III - o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
- IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- V - a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;
- VI - a permanente avaliação crítica do processo educativo;
- VII - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;

VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

Art. 5º São objetivos fundamentais da educação ambiental:

- I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;
- II - a garantia de democratização das informações ambientais;
- III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;
- IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;
- V - o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;
- VI - o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;
- VII - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

CAPÍTULO II

DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Seção I

Disposições Gerais

Art. 6º É instituída a Política Nacional de Educação Ambiental.

Art. 7º A Política Nacional de Educação Ambiental envolve em sua esfera de ação, além dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - Sisnama, instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, os órgãos públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e organizações não-governamentais com atuação em educação ambiental.

Art. 8º As atividades vinculadas à Política Nacional de Educação Ambiental devem ser desenvolvidas na educação em geral e na educação escolar, por meio das seguintes linhas de atuação inter-relacionadas:

- I - capacitação de recursos humanos;
- II - desenvolvimento de estudos, pesquisas e experimentações;
- III - produção e divulgação de material educativo;
- IV - acompanhamento e avaliação.

§ 1º Nas atividades vinculadas à Política Nacional de Educação Ambiental serão respeitados os princípios e objetivos fixados por esta Lei.

§ 2º A capacitação de recursos humanos voltar-se-á para:

- I - a incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos educadores de todos os níveis e modalidades de ensino;
- II - a incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos profissionais de todas as áreas;
- III - a preparação de profissionais orientados para as atividades de gestão ambiental;
- IV - a formação, especialização e atualização de profissionais na área de meio ambiente;
- V - o atendimento da demanda dos diversos segmentos da sociedade no que diz respeito à problemática ambiental.

§ 3º As ações de estudos, pesquisas e experimentações voltar-se-ão para:

- I - o desenvolvimento de instrumentos e metodologias, visando à incorporação da dimensão ambiental, de forma interdisciplinar, nos diferentes níveis e modalidades de ensino;





I PRÊMIO NACIONAL EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM AÇÃO

Anexos > Lei 9.795/99

- II - a difusão de conhecimentos, tecnologias e informações sobre a questão ambiental;
- III - o desenvolvimento de instrumentos e metodologias, visando à participação dos interessados na formulação e execução de pesquisas relacionadas à problemática ambiental;
- IV - a busca de alternativas curriculares e metodológicas de capacitação na área ambiental;
- V - o apoio a iniciativas e experiências locais e regionais, incluindo a produção de material educativo;
- VI - a montagem de uma rede de banco de dados e imagens, para apoio às ações enumeradas nos incisos I a V.

Seção II

Da Educação Ambiental no Ensino Formal

Art. 9º Entende-se por educação ambiental na educação escolar a desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando:

I - educação básica:

- a) educação infantil;
- b) ensino fundamental e
- c) ensino médio;

II - educação superior;

III - educação especial;

IV - educação profissional;

V - educação de jovens e adultos.

Art. 10. A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal.

§ 1º A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino.

§ 2º Nos cursos de pós-graduação, extensão e nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da educação ambiental, quando se fizer necessário, é facultada a criação de disciplina específica.

§ 3º Nos cursos de formação e especialização técnico-profissional, em todos os níveis, deve ser incorporado conteúdo que trate da ética ambiental das atividades profissionais a serem desenvolvidas.

Art. 11. A dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas.

Parágrafo único. Os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental.

Art. 12. A autorização e supervisão do funcionamento de instituições de ensino e de seus cursos, nas redes pública e privada, observarão o cumprimento do disposto nos arts. 10 e 11 desta Lei.

Seção III

Da Educação Ambiental Não-Formal

Art. 13. Entendem-se por educação ambiental não-formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente.

Parágrafo único. O Poder Público, em níveis federal, estadual e municipal, incentivará:

- I - a difusão, por intermédio dos meios de comunicação de massa, em espaços nobres, de programas e campanhas educativas, e de informações acerca de temas relacionados ao meio ambiente;
- II - a ampla participação da escola, da universidade e de organizações não-governamentais na formulação e execução de programas e atividades vinculadas à educação ambiental não-formal;
- III - a participação de empresas públicas e privadas no desenvolvimento de programas de educação ambiental em parceria com a escola, a universidade e as organizações não-governamentais;

IV - a sensibilização da sociedade para a importância das unidades de conservação;

V - a sensibilização ambiental das populações tradicionais ligadas às unidades de conservação;

VI - a sensibilização ambiental dos agricultores;

VII - o ecoturismo.

CAPÍTULO III

DA EXECUÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 14. A coordenação da Política Nacional de Educação Ambiental ficará a cargo de um órgão gestor, na forma definida pela regulamentação desta Lei.

Art. 15. São atribuições do órgão gestor:

I - definição de diretrizes para implementação em âmbito nacional;

II - articulação, coordenação e supervisão de planos, programas e projetos na área de educação ambiental, em âmbito nacional;

III - participação na negociação de financiamentos a planos, programas e projetos na área de educação ambiental.

Art. 16. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, na esfera de sua competência e nas áreas de sua jurisdição, definirão diretrizes, normas e critérios para a educação ambiental, respeitados os princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental.

Art. 17. A eleição de planos e programas, para fins de alocação de recursos públicos vinculados à Política Nacional de Educação Ambiental, deve ser realizada levando-se em conta os seguintes critérios:

I - conformidade com os princípios, objetivos e diretrizes da Política Nacional de Educação Ambiental;

II - prioridade dos órgãos integrantes do Sisnama e do Sistema Nacional de Educação;

III - economicidade, medida pela relação entre a magnitude dos recursos a alocar e o retorno social propiciado pelo plano ou programa proposto.

Parágrafo único. Na eleição a que se refere o caput deste artigo, devem ser contemplados, de forma equitativa, os planos, programas e projetos das diferentes regiões do País.

Art. 18. (VETADO)

Art. 19. Os programas de assistência técnica e financeira relativos a meio ambiente e educação, em níveis federal, estadual e municipal, devem alocar recursos às ações de educação ambiental.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de noventa dias de sua publicação, ouvidos o Conselho Nacional de Meio Ambiente e o Conselho Nacional de Educação.

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de abril de 1999; 178º da Independência e 111º da República.



I PRÊMIO NACIONAL EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM AÇÃO

Anexos > A Carta da Terra

Menu >

PREÂMBULO

Estamos diante de um momento crítico na história da Terra, numa época em que a humanidade deve escolher o seu futuro. À medida que o mundo torna-se cada vez mais interdependente e frágil, o futuro enfrenta, ao mesmo tempo, grandes perigos e grandes promessas. Para seguir adiante, devemos reconhecer que, no meio de uma magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum. Devemos somar forças para gerar uma sociedade sustentável global baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura da paz. Para chegar a este propósito, é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos nossa responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade da vida, e com as futuras gerações.

Terra, Nosso Lar

A humanidade é parte de um vasto universo em evolução. A Terra, nosso lar, está viva com uma comunidade de vida única. As forças da natureza fazem da existência uma aventura exigente e incerta, mas a Terra providenciou as condições essenciais para a evolução da vida. A capacidade de recuperação da comunidade da vida e o bem-estar da humanidade dependem da preservação de uma biosfera saudável com todos seus sistemas ecológicos, uma rica variedade de plantas e animais, solos férteis, águas puras e ar limpo. O meio ambiente global com seus recursos finitos é uma preocupação comum de todas as pessoas. A proteção da vitalidade, diversidade e beleza da Terra é um dever sagrado.

A Situação Global

Os padrões dominantes de produção e consumo estão causando devastação ambiental, redução dos recursos e uma massiva extinção de espécies. Comunidades estão sendo arruinadas. Os benefícios do desenvolvimento não estão sendo divididos equitativamente e o fosso entre ricos e pobres está aumentando. A injustiça, a pobreza, a ignorância e os conflitos violentos têm aumentado e são causa de grande sofrimento. O crescimento sem precedentes da população humana tem sobrecarregado os sistemas ecológico e social. As bases da segurança global estão ameaçadas. Essas tendências são perigosas, mas não inevitáveis.

Desafios Para o Futuro

A escolha é nossa: formar uma aliança global para cuidar da Terra e uns dos outros, ou arriscar a nossa destruição e a da diversidade da vida. São necessárias mudanças fundamentais dos nossos valores, instituições e modos de vida. Devemos entender que, quando as necessidades básicas forem atingidas, o desenvolvimento humano será primariamente voltado a ser mais, não a ter mais. Temos o conhecimento e a tecnologia necessários para abastecer a todos e reduzir nossos impactos ao meio ambiente. O surgimento de uma sociedade civil global está criando novas oportunidades para construir um mundo democrático e humano. Nossos desafios ambientais, econômicos, políticos, sociais e espirituais estão interligados, e juntos podemos forjar soluções inclusivas.

Responsabilidade Universal

Para realizar estas aspirações, devemos decidir viver com um sentido de responsabilidade universal, identificando-nos com toda a comunidade terrestre bem como com nossa comunidade local. Somos, ao mesmo tempo, cidadãos de nações diferentes e de um mundo no qual a dimensão local e global estão ligadas. Cada um compartilha da responsabilidade pelo presente e pelo futuro, pelo bem-estar da família humana e de todo o mundo dos seres vivos. O espírito de solidariedade humana e de parentesco com toda a vida é fortalecido quando vivemos com reverência o mistério da existência, com gratidão pelo dom da vida, e com humildade considerando em relação ao lugar que ocupa o ser humano na natureza. Precisamos com urgência de uma visão compartilhada de valores básicos para proporcionar um fundamento ético à comunidade mundial emergente. Portanto, juntos na esperança, afirmamos os seguintes princípios, todos interdependentes, visando um modo de vida sustentável como critério comum, através dos quais a conduta de todos os indivíduos, organizações, empresas, governos, e instituições transnacionais será guiada e avaliada.

PRINCÍPIOS

I. RESPEITAR E CUIDAR DA COMUNIDADE DA VIDA

1. Respeitar a Terra e a vida em toda sua diversidade.
 - a. Reconhecer que todos os seres são interligados e cada forma de vida tem valor, independentemente de sua utilidade para os seres humanos.
 - b. Afirmar a fé na dignidade inerente de todos os seres humanos e no potencial intelectual, artístico, ético e espiritual da humanidade.
 2. Cuidar da comunidade da vida com compreensão, compaixão e amor.
 - a. Aceitar que, com o direito de possuir, administrar e usar os recursos naturais vem o dever de impedir o dano causado ao meio ambiente e de proteger os direitos das pessoas.
 - b. Assumir que o aumento da liberdade, dos conhecimentos e do poder implica responsabilidade na promoção do bem comum.
 3. Construir sociedades democráticas que sejam justas, participativas, sustentáveis e pacíficas.
 - a. Assegurar que as comunidades em todos níveis garantam os direitos humanos e as liberdades fundamentais e proporcionem a cada um a oportunidade de realizar seu pleno potencial.
 - b. Promover a justiça econômica e social, propiciando a todos a consecução de uma subsistência significativa e segura, que seja ecologicamente responsável.
 4. Garantir as dádivas e a beleza da Terra para as atuais e as futuras gerações.
 - a. Reconhecer que a liberdade de ação de cada geração é condicionada pelas necessidades das gerações futuras.
 - b. Transmitir às futuras gerações valores, tradições e instituições que apoiem, a longo prazo, a prosperidade das comunidades humanas e ecológicas da Terra.
- Para poder cumprir estes quatro amplos compromissos, é necessário:

II. INTEGRIDADE ECOLÓGICA

5. Proteger e restaurar a integridade dos sistemas ecológicos da Terra, com especial preocupação pela diversidade biológica e pelos processos naturais que sustentam a vida.
 - a. Adotar planos e regulamentações de desenvolvimento sustentável em todos os níveis que façam com que a conservação ambiental e a reabilitação sejam parte integral de todas as iniciativas de desenvolvimento.
 - b. Estabelecer e proteger as reservas com uma natureza viável e da biosfera, incluindo terras selvagens e áreas marinhas, para proteger os sistemas de sustento à vida da Terra, manter a biodiversidade e preservar nossa herança natural.
 - c. Promover a recuperação de espécies e ecossistemas ameaçadas.
 - d. Controlar e erradicar organismos não-nativos ou modificados geneticamente que causem dano às espécies nativas, ao meio ambiente, e prevenir a introdução desses organismos daninhos.
 - e. Manejar o uso de recursos renováveis como água, solo, produtos florestais e vida marinha de formas que não excedam as taxas de regeneração e que protejam a sanidade dos ecossistemas.
 - f. Manejar a extração e o uso de recursos não-renováveis, como minerais e combustíveis fósseis de forma que diminuam a exaustão e não causem dano ambiental grave.
6. Prevenir o dano ao ambiente como o melhor método de proteção ambiental e, quando o conhecimento for limitado, assumir uma postura de precaução.
 - a. Orientar ações para evitar a possibilidade de sérios ou irreversíveis danos ambientais mesmo quando a informação científica for incompleta ou não conclusiva.
 - b. Impor o ônus da prova àqueles que afirmarem que a atividade proposta não causará dano significativo e fazer com que os grupos sejam responsabilizados pelo dano ambiental.



I PRÊMIO NACIONAL EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM AÇÃO

Anexos > A Carta da Terra

Menu >

- c. Garantir que a decisão a ser tomada se oriente pelas conseqüências humanas globais, cumulativas, de longo prazo, indiretas e de longo alcance.
- d. Impedir a poluição de qualquer parte do meio ambiente e não permitir o aumento de substâncias radioativas, tóxicas ou outras substâncias perigosas.
- e. Evitar que atividades militares causem dano ao meio ambiente.
7. Adotar padrões de produção, consumo e reprodução que protejam as capacidades regenerativas da Terra, os direitos humanos e o bem-estar comunitário.
- a. Reduzir, reutilizar e reciclar materiais usados nos sistemas de produção e consumo e garantir que os resíduos possam ser assimilados pelos sistemas ecológicos.
- b. Atuar com restrição e eficiência no uso de energia e recorrer cada vez mais aos recursos energéticos renováveis, como a energia solar e do vento.
- c. Promover o desenvolvimento, a adoção e a transferência eqüitativa de tecnologias ambientais saudáveis.
- d. Incluir totalmente os custos ambientais e sociais de bens e serviços no preço de venda e habilitar os consumidores a identificar produtos que satisfaçam as mais altas normas sociais e ambientais.
- e. Garantir acesso universal a assistência de saúde que fomente a saúde reprodutiva e a reprodução responsável.
- f. Adotar estilos de vida que acentuem a qualidade de vida e subsistência material num mundo finito.
8. Avançar o estudo da sustentabilidade ecológica e promover a troca aberta e a ampla aplicação do conhecimento adquirido.
- a. Apoiar a cooperação científica e técnica internacional relacionada à sustentabilidade, com especial atenção às necessidades das nações em desenvolvimento.
- b. Reconhecer e preservar os conhecimentos tradicionais e a sabedoria espiritual em todas as culturas que contribuam para a proteção ambiental e o bem-estar humano.
- c. Garantir que informações de vital importância para a saúde humana e para a proteção ambiental, incluindo informação genética, estejam disponíveis ao domínio público.
- III. JUSTIÇA SOCIAL E ECONÔMICA
9. Erradicar a pobreza como um imperativo ético, social e ambiental.
- a. Garantir o direito à água potável, ao ar puro, à segurança alimentar, aos solos não-contaminados, ao abrigo e saneamento seguro, distribuindo os recursos nacionais e internacionais requeridos.
- b. Prover cada ser humano de educação e recursos para assegurar uma subsistência sustentável, e proporcionar seguro social e segurança coletiva a todos aqueles que não são capazes de manter-se por conta própria.
- c. Reconhecer os ignorados, proteger os vulneráveis, servir àqueles que sofrem, e permitir-lhes desenvolver suas capacidades e alcançar suas aspirações.
10. Garantir que as atividades e instituições econômicas em todos os níveis promovam o desenvolvimento humano de forma eqüitativa e sustentável.
- a. Promover a distribuição eqüitativa da riqueza dentro das e entre as nações.
- b. Incrementar os recursos intelectuais, financeiros, técnicos e sociais das nações em desenvolvimento e isentá-las de dívidas internacionais onerosas.
- c. Garantir que todas as transações comerciais apoiem o uso de recursos sustentáveis, a proteção ambiental e normas trabalhistas progressistas.
- d. Exigir que corporações multinacionais e organizações financeiras internacionais atuem com transparência em benefício do bem comum e responsabilizá-las pelas conseqüências de suas atividades.
11. Afirmer a igualdade e a eqüidade de gênero como pré-requisitos para o desenvolvimento sustentável e assegurar o acesso universal à educação, assistência de saúde e às oportunidades econômicas.
- a. Assegurar os direitos humanos das mulheres e das meninas e acabar com toda violência contra elas.
- b. Promover a participação ativa das mulheres em todos os aspectos da vida econômica, política, civil, social e cultural como parceiras plenas e paritárias, tomadoras de decisão, líderes e beneficiárias.
- c. Fortalecer as famílias e garantir a segurança e a educação amorosa de todos os membros da família.
12. Defender, sem discriminação, os direitos de todas as pessoas a um ambiente natural e social, capaz de assegurar a dignidade humana, a saúde corporal e o bem-estar espiritual, concedendo especial atenção aos direitos dos povos indígenas e minorias.
- a. Eliminar a discriminação em todas suas formas, como as baseadas em raça, cor, gênero, orientação sexual, religião, idioma e origem nacional, étnica ou social.
- b. Afirmer o direito dos povos indígenas à sua espiritualidade, conhecimentos, terras e recursos, assim como às suas práticas relacionadas a formas sustentáveis de vida.
- c. Honrar e apoiar os jovens das nossas comunidades, habilitando-os a cumprir seu papel essencial na criação de sociedades sustentáveis.
- d. Proteger e restaurar lugares notáveis pelo significado cultural e espiritual.



(Pag. 2 de 3)



Anexos

Lei 9.795/99



A Carta da Terra

Tratado de Educação Ambiental



I PRÊMIO NACIONAL EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM AÇÃO

Anexos > A Carta da Terra

Menu >

13. Fortalecer as instituições democráticas em todos os níveis e proporcionar-lhes transparência e prestação de contas no exercício do governo, participação inclusiva na tomada de decisões, e acesso à justiça.

- Defender o direito de todas as pessoas no sentido de receber informação clara e oportuna sobre assuntos ambientais e todos os planos de desenvolvimento e atividades que poderiam afetá-las ou nos quais tenham interesse.
- Apoiar sociedades civis locais, regionais e globais e promover a participação significativa de todos os indivíduos e organizações na tomada de decisões.
- Proteger os direitos à liberdade de opinião, de expressão, de assembléia pacífica, de associação e de oposição.
- Instituir o acesso efetivo e eficiente a procedimentos administrativos e judiciais independentes, incluindo retificação e compensação por danos ambientais e pela ameaça de tais danos.
- Eliminar a corrupção em todas as instituições públicas e privadas.
- Fortalecer as comunidades locais, habilitando-as a cuidar dos seus próprios ambientes, e atribuir responsabilidades ambientais aos níveis governamentais onde possam ser cumpridas mais efetivamente.

IV.DEMOCRACIA, NÃO VIOLÊNCIA E PAZ

14. Integrar, na educação formal e na aprendizagem ao longo da vida, os conhecimentos, valores e habilidades necessárias para um modo de vida sustentável.

- Oferecer a todos, especialmente a crianças e jovens, oportunidades educativas que lhes permitam contribuir ativamente para o desenvolvimento sustentável.
- Promover a contribuição das artes e humanidades, assim como das ciências, na educação para sustentabilidade.
- Intensificar o papel dos meios de comunicação de massa no sentido de aumentar a sensibilização para os desafios ecológicos e sociais.
- Reconhecer a importância da educação moral e espiritual para uma subsistência sustentável.

15. Tratar todos os seres vivos com respeito e consideração.

- Impedir crueldades aos animais mantidos em sociedades humanas e protegê-los de sofrimentos.
- Proteger animais selvagens de métodos de caça, armadilhas e pesca que causem sofrimento extremo, prolongado ou evitável.
- Evitar ou eliminar ao máximo possível a captura ou destruição de espécies não visadas.

16. Promover uma cultura de tolerância, não violência e paz.

- Estimular e apoiar o entendimento mútuo, a solidariedade e a cooperação entre todas as pessoas, dentro das e entre as nações.
- Implementar estratégias amplas para prevenir conflitos violentos e usar a colaboração na resolução de problemas para manejar e resolver conflitos ambientais e outras disputas.
- Desmilitarizar os sistemas de segurança nacional até chegar ao nível de uma postura não-provocativa da defesa e converter os recursos militares em propósitos pacíficos, incluindo restauração ecológica.
- Eliminar armas nucleares, biológicas e tóxicas e outras armas de destruição em massa.
- Assegurar que o uso do espaço orbital e cósmico mantenha a proteção ambiental e a paz.
- Reconhecer que a paz é a plenitude criada por relações corretas consigo mesmo, com outras pessoas, outras culturas, outras vidas, com a Terra e com a totalidade maior da qual somos parte.

Como nunca antes na história, o destino comum nos conchama a buscar um novo começo. Tal renovação é a promessa dos princípios da Carta da Terra. Para cumprir esta promessa, temos que nos comprometer a adotar e promover os valores e objetivos da Carta.

Isto requer uma mudança na mente e no coração. Requer um novo sentido de interdependência global e de responsabilidade universal. Devemos desenvolver e aplicar com imaginação a visão de um modo de vida sustentável aos níveis local, nacional, regional e global. Nossa diversidade cultural é uma herança preciosa, e diferentes culturas encontrarão suas próprias e distintas formas de realizar esta visão. Devemos aprofundar e expandir o diálogo global gerado pela Carta da Terra, porque temos muito que aprender a partir da busca iminente e conjunta por verdade e sabedoria.

A vida muitas vezes envolve tensões entre valores importantes. Isto pode significar escolhas difíceis. Porém, necessitamos encontrar caminhos para harmonizar a diversidade com a unidade, o exercício da liberdade com o bem comum, objetivos de curto prazo com metas de longo prazo. Todo indivíduo, família, organização e comunidade têm um papel vital a desempenhar. As artes, as ciências, as religiões, as instituições educativas, os meios de comunicação, as empresas, as organizações não-governamentais e os governos são todos chamados a oferecer uma liderança criativa. A parceria entre governo, sociedade civil e empresas é essencial para uma governabilidade efetiva.

Para construir uma comunidade global sustentável, as nações do mundo devem renovar seu compromisso com as Nações Unidas, cumprir com suas obrigações respeitando os acordos internacionais existentes e apoiar a implementação dos princípios da Carta da Terra com um instrumento internacional legalmente unificador quanto ao ambiente e ao desenvolvimento.

Que o nosso tempo seja lembrado pelo despertar de uma nova reverência face à vida, pelo compromisso firme de alcançar a sustentabilidade, a intensificação da luta pela justiça e pela paz, e a alegre celebração da vida.

Fonte: <https://goo.gl/nkuTzi>





I PRÊMIO NACIONAL EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM AÇÃO

Anexos > Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global

Menu >

TRATADO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS E RESPONSABILIDADE GLOBAL

Este Tratado, assim como a educação, é um processo dinâmico em permanente construção. Deve, portanto, propiciar a reflexão, o debate e a sua própria modificação. Nós signatários, pessoas de todas as partes do mundo, comprometidos com a proteção da vida na Terra, reconhecemos o papel central da educação na formação de valores e na ação social. Comprometemos-nos com o processo educativo transformador através do envolvimento pessoal, de nossas comunidades e nações para criar sociedades sustentáveis e equitativas. Assim, tentamos trazer novas esperanças e vida para nosso pequeno, tumultuado, mas ainda assim belo planeta.

Introdução

Consideramos que a educação ambiental para uma sustentabilidade equitativa é um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida. Tal educação afirma valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e para a preservação ecológica. Ela estimula a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas, que conservam entre si relação de interdependência e diversidade. Isto requer responsabilidade individual e coletiva a nível local, nacional e planetário. Consideramos que a preparação para as mudanças necessárias depende de compreensão coletiva da natureza sistêmica das crises que ameaçam o futuro do planeta. As causas primárias de problemas como aumento da pobreza, a degradação humana e ambiental e da violência podem ser identificadas no modelo de civilização dominante, que se baseia em superprodução e superconsumo para uns e subconsumo e falta de condições para produzir por partes da grande maioria. Consideramos que são inerentes à crise a erosão dos valores básicos, a alienação e a não participação da quase totalidade dos indivíduos na construção do seu futuro. É fundamental que as comunidades planejem e implementem suas próprias alternativas às políticas vigentes. Dentre estas alternativas está a necessidade de abolição dos programas de desenvolvimento, ajustes e reformas econômicas que mantêm o atual modelo de crescimento com seus terríveis efeitos sobre o ambiente e a diversidade de espécies, incluindo a humana. Consideramos que a educação ambiental deve gerar com urgência mudanças na qualidade de vida e maior consciência de conduta pessoal, assim como harmonia entre os seres humanos e destes com outras formas de vida.

Princípios da Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global.

- 1 A educação é um direito de todos, somos todos aprendizes e educadores.
- 2 A educação ambiental deve ter como base o pensamento crítico e inovador, em qualquer tempo ou lugar, em seus modos formais, não formais e informais, promovendo a transformação e a construção da sociedade.
- 3 A educação ambiental é individual e coletiva. Tem o propósito de formar cidadãos com consciência local e planetária, que respeitem a autodeterminação dos povos e a soberania das nações.
- 4 A educação ambiental não é neutra, mas ideológica. É um ato político, baseado em valores para a transformação social.
- 5 A educação ambiental deve envolver uma perspectiva holística, enfocando a relação entre ser humano, a natureza e o universo de forma interdisciplinar.
- 6 A educação ambiental deve estimular a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, valendo-se de estratégias democráticas e interação entre as culturas.
- 7 A educação ambiental deve tratar as questões globais críticas suas causas e inter-relações em uma perspectiva sistêmica, em seu contexto social e histórico. Aspectos primordiais relacionados ao desenvolvimento e ao meio ambiente tais como população, saúde, democracia, fome, degradação da flora e fauna devem ser abordados dessa maneira.
- 8 A educação ambiental deve recuperar, reconhecer, respeitar, refletir e utilizar a história indígena e culturas locais, assim como promover a diversidade cultural, lingüística e ecológica. Isto implica uma revisão histórica dos povos nativos para modificar os enfoques etnocêntricos, além de estimular a educação bilíngüe.

9 A educação ambiental deve facilitar a cooperação mútua e equitativa nos processos de decisão em todos os níveis e etapas. 10 A educação ambiental deve estimular e potencializar o poder das diversas populações, promover oportunidades para as mudanças democráticas de base que estimulem os setores populares da sociedade. Isto implica que as comunidades devem retomar a condução de seus próprios destinos.

11 A educação ambiental valoriza as diferentes formas de conhecimento. Este é diversificado, acumulado e produzido socialmente, não devendo ser patenteado ou monopolizado.

12 A educação ambiental deve ser planejada para capacitar as pessoas a trabalharem conflitos de maneira justa e humana.

13 A educação ambiental deve promover a cooperação e o diálogo entre os indivíduos e instituições com a finalidade de criar novos modelos de vida, baseados em atender as necessidades básicas de todos, sem distinções étnicas, físicas, de gênero, idade, religião, classe ou mentais.

14 A educação ambiental deve requerer a democratização dos meios de comunicação de massa e seu comprometimento com os interesses de todos os setores. A comunicação é um direito inalienável e os meios de comunicação de massa devem ser transformados em um canal privilegiado de educação, não somente disseminando informações em base igualitárias, mas também promovendo intercâmbio de experiência, métodos e valores.

15 A educação ambiental deve integrar conhecimentos, aptidões, valores, atitudes e ações. Deve converter cada oportunidade em experiências educativas de sociedades sustentáveis.

16 A educação ambiental deve ajudar a desenvolver uma consciência ética sobre todas as formas de vida com as quais compartilhamos este planeta, respeitar seus ciclos vitais e impor limites a exploração dessas formas de vida pelos seres humanos.

Plano de ação

As organizações que assinam este Tratados se propõem a implementar as seguintes diretrizes:

1. Transformar as declarações deste Tratado e dos demais produzidos pela Conferência da Sociedade Civil durante o processo da Rio-92 em documentos a serem utilizados na rede formal de ensino e em programas educativos dos movimentos sociais e suas organizações.
2. Trabalhar a dimensão da educação ambiental para sociedades sustentáveis em conjunto com os grupos que elaboram os demais tratados aprovados durante a Rio-92.
3. Realizar estudos comparativos entre os tratados da sociedade civil e os produzidos pelas Conferências das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento – UNCED; utilizar as conclusões em ações educativas.
4. Trabalha os princípios deste Tratado a partir as realidades locais, estabelecendo as devidas conexões com a realidade planetária, objetivando a conscientização para a transformação.
5. Incentivar a produção de conhecimentos, políticas, metodologias e práticas de educação ambiental em todos os espaços de educação formal, informal e não-formal, para todas as faixas etárias.
6. Promover e apoiar a capacitação de recursos humanos para preservar, conservar e gerenciar o ambiente, como parte do exercício da cidadania local e planetária.
7. Estimular posturas individuais e coletivas, bem como políticas institucionais que revisem permanentemente a coerência entre o que se diz e o que se faz, os valores de nossas culturas, tradições história.

Fonte: <https://goo.gl/P62BAK>